

Reforma agrária em terras indígenas

CP
30/11/97 16
706

Reagindo à onda de desapropriações, bancada ruralista propõe assentamento nas maiores reservas. O Inbra é contra

Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

Quero fazer reforma agrária nas terras dos índios. Em sua mais recente ofensiva no Congresso, os ruralistas conseguiram, em silêncio, dar início à tramitação de uma proposta de emenda constitucional que determina o assentamento de sem-terra em "reservas indígenas desproporcionalmente grandes em relação ao número de índios que nela vivem". Entre estas áreas, sempre lembradas pelos ruralistas, está a reserva Yanomami, em Roraima, onde cada um dos 6.706 índios tem, teoricamente, 1.441 hectares a seu dispor. Essa relação *per capita*, argumentam os defensores da proposta, é 40 vezes maior que um módulo rural médio destinado aos agricultores assentados.

A proposta de emenda, de autoria do deputado Lael Varella (PFL-MG), já passou pela Comissão de Constituição de Justiça da Câmara por um cochilo dos partidos de oposição — 12 votos a favor e um contra, de José Genofino (PT-SP), em sessão esvaziada, há 12 dias. Em breve, será examinada por comissão especial.

Além da utilização de áreas indígenas, a proposta visa transformar a reforma agrária em um programa de colonização, acabando com as desa-

propriações por improdutividade e determinando que os sem-terra somente possam ser assentados em terras públicas, em propriedades particulares compradas para este fim e em fazendas recebidas como pagamento de dívidas tributárias.

TROCO

Depois de uma série de derrotas — como a aprovação do rito sumário para desapropriação de terras — a bancada ruralista quer dar o troco com a proposta de emenda. Criticando a concessão de extensas áreas aos índios, os ruralistas vão tentar mostrar que o governo está agindo de forma incoerente ao desapropriar fazendas de particulares para assentamento.

A estratégia é usar os números do próprio governo e tentar passar à opinião pública a idéia de que os 196.802 índios que vivem nas reservas reconhecidas pelo governo têm mais terra do que precisam — algo como 311 hectares *per capita*, em média. As 302 áreas já reconhecidas totalizam 61,4 milhões de hectares (7,21% do território brasileiro). "A bancada apóia a proposta e já está trabalhando pela sua aprovação na comissão especial", assegura o líder máximo da bancada ruralista, deputado Nelson Marquizezelli (PTB-SP).

Marquizezelli diz que defende

Wanderley Pozzembom 20.01.95



Seligman(D): utilizar terras indígenas para a reforma agrária é um equívoco

com tranquilidade a proposta de retirar terras dos índios, mesmo correndo o risco de parecer politicamente incorreto. "O governo está desestimulando o setor agrícola, cedendo aos sem-terra e tirando terras de proprietários que produzem as riquezas deste país", diz ele. A proposta de emenda conseguiu algo difícil: unir o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra). Na opinião do presidente do Inbra, Milton Seligman, a utilização de terras indígenas para reforma agrária não passa de um grande equívoco, uma vez que ainda existem latifúndios improdutivos no país.

Seligman justifica sua posição com base nos números do Inbra.

De acordo com o Atlas Fundiário apresentado em 1996, mais da metade das terras (56,7%) está concentrada em 2,8% das propriedades do país. Isso significa que 87.217 grandes latifúndios abrigam 187 milhões de hectares — uma média de 2.144 hectares cada um.

A cúpula do MST chegou a achar graça da proposta. "Só pode ser brincadeira de ruralista. Imagine se a gente vai aceitar terra de índio quando existe tanto latifúndio por aí", disse um dos coordenadores do MST, Gilberto Portes. O Cimi já realizou um estudo jurídico para contestar a emenda. Segundo o advogado do conselho, Cláudio Beirão, a proposta não é juridicamente aceitável porque contraria o artigo 231 da Constituição Federal que reconhece o direito dos índios sobre suas terras.

Idéia do governo é ampliar demarcação

Ao contrário do que deseja a bancada ruralista no Congresso, o governo não vai tirar terras dos índios, mas distribuir ainda mais. Segundo o diretor de assuntos fundiários da Fundação Nacional do Índio (Funai), Áureo Faleiros, mais 22,7 milhões de hectares estão prestes a ser reconhecidos como área indígena em 1998.

Levantamento concluído este

mês pela Funai mostra que 2,4 milhões de hectares estão sendo objeto de estudos etno-históricos, demográficos, sociológicos, cartográficos e fundiários. Os estudos visam delimitar com precisão o raio de deslocamento de uma determinada tribo para futuramente demarcar o território a que terá direito.

O órgão já concluiu os estudos em outros 20,3 milhões de hectares

e os enviou ao Ministério da Justiça, responsável pela análise da proposta de demarcação. Depois dessa medida, as terras serão homologadas (reconhecidas como indígenas) por decreto do presidente da República. A última fase do processo é o registro da área da reserva em cartório do município em que está localizada e na Secretaria de Patrimônio da União.

O estudo mostrou que existem hoje no Brasil 330 mil índios — 6,6% da população silvícola estimada na época do descobrimento em 1500. Organizados em 215 sociedades, são donos de um patrimônio cultural diversificado de usos e costumes. O número de línguas diversas é impressionante: 180 idiomas e dialetos já foram identificados. (LR)